



LEI Nº 1.039/2010

SÚMULA: Define as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do Artigo 100 da Constituição Federal e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PEDRO NUNES DA MATA, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º Os débitos ou obrigações de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 2º Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações de até R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), equivalentes ao valor de dez salários mínimos federal vigente no país, que será reajustado anualmente de acordo com o reajuste salarial determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de RPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 2º A requisição de pequeno valor adotará sempre o valor do salário mínimo vigente no país ao tempo do pagamento.

Art. 5º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no Art. 2º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA

ESTADO DO PARANÁ



expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 6º Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - São consideradas portadoras de doença grave, para o fim previsto no artigo 100, § 2º da Constituição Federal, pessoas acometidas de enfermidades consideradas incuráveis ou que demandem prolongado tratamento médico, devidamente comprovada por atestados clínicos especializados, de acordo com o Código Internacional de Doenças – CID.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos, 08 dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez.

PEDRO NUNES DA MATA
Prefeito Municipal